



ATA Nº 2/2019

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezanove, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Luis Filipe Santana Dias, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Miguel Filipe da Silva Santos, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira e Mário João das Neves Flores e ainda do Presidente da Junta de Freguesia de Fráguas, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e vinte minutos, verificando-se a existência de quórum (27 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foram colocadas a discussão e votação a ata n.º 5/2018 referente à sessão ordinária de 17 de novembro e a ata n.º 1/2019 referente à sessão extraordinária de 26 de janeiro. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 5/2018 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 20 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão os Deputados Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis, Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso, Filipe Montez Coelho Madeira, Jorge Henrique Marcelino Paiva



Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira e a Secretária da Junta de Freguesia de Fráguas (27 presenças). -----

----- Aprovada a ata n.º 1/2019 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 22 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão os Deputados Municipais Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, Filipe Montez Coelho Madeira, Celso Cláudio Ferreira Martins, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões e a Secretária da Junta de Freguesia de Fráguas (27 presenças). -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Abriu as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal no período antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----
- Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas -----
- Presidente da Junta da União de Freguesias de Ribeira de São João e São João da Ribeira -----
- Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião -----
- Deputada Liliana Marques Alonso -----
- Deputado Tiago Filipe Francisco Santos -----
- Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis -----
- Deputado Carlos Jorge Coelho Neto -----
- Deputado Filipe Montez Coelho Madeira -----
- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----
- Deputada Inês Guerra Vargas -----
- Deputada Anabela Costa Azenha -----
- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dar conta de que se aproxima uma data importante para a Freguesia de Asseiceira, o carnaval, e que, sendo um dos mais antigos do concelho, mais uma vez se vai manter a tradição de haver quatro dias de festa, sendo que o ponto alto serão os desfiles de domingo e de terça-feira. Deixou, em nome dos Reis do Carnaval da Asseiceira, o convite a todos para visitarem a freguesia e aproveitou também para desejar os maiores sucessos ao carnaval escolar e ao “Carnaval no Rio”. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dar conta das melhorias que têm sido feitas na freguesia, que são consequência daquilo que tem sido o entendimento do que é necessário para uma freguesia de pequena dimensão, de baixa densidade, e que estão a ser feitas na lógica dos pequenos espaços, não querendo infraestruturas descumunais ou eventualmente astronómicas, mas sim um conjunto de melhorias que, todas juntas, darão um trabalho interessante, continuado, com vista à criação de fatores de interesse e coesão naquele território. -----

----- De seguida convidou todos os presentes a visitar a freguesia por estes dias, em especial a 24 de março, porque serão as comemorações de mais um aniversário e, por isso, uma excelente altura para ser visitada e tomar contacto com a mesma, dizendo que será uma altura em que será dada aos antigos presidentes de junta a justa visibilidade e em que poderão estar mais em contacto com a população. -----

----- Destacou ainda as novas ações de sensibilização e informação para a prevenção dos incêndios florestais no concelho, acrescentando que na freguesia de Arroquelas existe muito combustível e que estas ações são de elevada importância porque se trata de território muito suscetível a este tipo de calamidade. Referiu que se vem tentando minimizar estas ocorrências através da recuperação de alguns pontos de água, pelo reforço das acessibilidades, na tentativa de contrariar a necessidade permanente de limpeza em consequência das várias ações de correntes das variadas atividades, nomeadamente o corte e transporte de madeira. -----

----- Relativamente ao ambiente e aos maus cheiros que se fazem sentir na freguesia, informou que se tem trabalhado em conjunto com os proprietários no sentido de minimizar essa situação e que se irá tentar desenvolver uma atividade conjunta com as



freguesias limítrofes, através de um trabalho continuado, sobretudo na sensibilização das gerações mais novas, dizendo que disso é exemplo a atividade “Limpar a Europa” e que é através destas ações com componente empírica muito forte, que se pode ter a noção exata do impacto que as situações têm nas populações. Disse ainda que foi já feito alguma coisa nesta área, mas que muito há a fazer e, decorrente da ação do “Movimento Ar Puro”, foram efetuadas algumas vistorias a instalações para verificar o cumprimento das condições e sensibilizar os proprietários para o efeito. -----

----- Por fim, fez referência à exposição que está patente na Biblioteca Municipal sob o tema do “Serrador”, que é património da Freguesia de Arroquelas, e que quem quiser saber um pouco mais da história desta atividade poderá dirigir-se ao curador da exposição que estará disponível para o fazer com todo o pormenor e detalhe de como era a vida do serrador que tanta importância teve, quer económica e quer social, na Freguesia. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Ribeira de São João e São João da Ribeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dar conhecimento que a Junta de Freguesia foi confrontada no final do ano de 2018 com a notícia de que a médica que está no Centro de Saúde de S. João da Ribeira, através da extensão da Unidade Saúde Familiar Salinas de Rio Maior, se iria embora, situação essa que se veio a verificar, mas não sem antes se conseguir ocupar o lugar e inclusive reforçar o atendimento que já era habitual. Deixou o agradecimento público à Dr.^a Sónia Cardoso pelo trabalho que desenvolveu e disse que neste momento a extensão de saúde não serve apenas utentes da freguesia, mas também de outros locais como Azambujeira, Malaqueijo, Arruda dos Pisões, Vila da Marmeleira, Assentiz, entre outras, e ainda alguns utentes de Rio Maior. Informou que às segundas, terças, quintas e sextas-feiras existe atendimento todo o dia no Centro de Saúde em S. João da Ribeira e que é nesse sentido que quis demonstrar a sua gratidão à Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior e também ao Dr. Carlos Ferreira, Diretor do ACES- Lezíria por terem sido os principais responsáveis pela continuação da prestação dos cuidados de saúde naquela extensão de saúde. -----

----- Por fim deixou o convite para as comemorações do Poeta Ruy Belo que se irão realizar através da colaboração da Câmara Municipal de Rio Maior e a Freguesia de São João da Ribeira. -----



----- **Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir às sessões que a Câmara Municipal de Rio Maior e a GNR – Guarda Nacional Republica, SEPNA, estão a promover até dia 1 de março no âmbito da campanha de sensibilização preventiva dos incêndios rurais. Disse que algumas já se realizaram e que contam com o apoio das juntas de freguesia agradecendo, desde logo, o trabalho da Câmara Municipal e dos seus colaboradores, nomeadamente do Eng.º Hugo Santos e do Vice-Presidente, que tem atendido a todos os pedidos que lhe são feitos neste âmbito. Aproveitou para solicitar a todos os eleitos que sensibilizem as populações, os vizinhos e os amigos para a importância da limpeza das florestas permitindo que o concelho de Rio Maior continue a ser um exemplo, com pouca área ardida. Lamentou ainda o facto de não estar presente ninguém na sessão em S. Sebastião para assistir e informa-se. -----

----- **Deputada Liliana Marques Alonso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Questionou qual o ponto de situação das obras da Estrada Nacional 114, considerando que já passaram dois anos da sua apresentação, das obras no IC2, tanto no acesso no buraco da pedreira como a reparação da estrada, se na zona ribeirinha se vai limpar o rio e ainda para quando está previsto o término das obras das praças. --

----- **Deputado Tiago Filipe Francisco Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio na qualidade de membro eleito pela Assembleia para acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) para informar que se realizou uma reunião, para a qual foi convocado, para fazer um ponto de situação do andamento dos trabalhos passado um ano da apresentação neste órgão. Informou que os trabalhos têm um excelente andamento, que se trata de trabalho que é extremamente complexo e que envolve equipas multidisciplinares e que, pela sua complexidade, é tratado de forma sensível junto das mais diversas entidades como foi demonstrado na reunião de apresentação. Deu conhecimento que já está prevista uma data para a finalização da primeira etapa da revisão, que será entregue junto da Comissão de Coordenação de



Desenvolvimento Regional (CCDR) e que esta é ambiciosa, apontando-se o final de maio ou início de junho para a submissão o período discussão pública, altura em que poderão se feitas as sugestões e reclamações por parte do público e entidades em geral. Deixou ainda um agradecimento à forma como os trabalhos têm sido conduzidos e em especial à equipa interna que acompanha a revisão do PDM, que tem feito um trabalho muito meritório e extremamente competente na apresentação de todos os elementos necessários para que o trabalho seja desenvolvido de forma coerente e de forma muito profissional. -----

----- **Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por convidar os todos os membros da Assembleia Municipal para o evento de carnaval da Universidade Sénior. -----

----- De seguida referiu-se ao fato de a RTP ter transmitido uma reportagem sobre o laboratório do Conhecimento que se encontra instalado no Centro de Artes e Ofícios António Feliciano Júnior, dizendo que neste laboratório, cuja equipa é composta por uma bióloga e uma animadora sociocultural, faz-se a promoção do conhecimento científico-tecnológico, cultural e artístico e se promove o desenvolvimento de competências de cidadania e de empreendedorismo, assim como a aproximação dos alunos à comunidade. Afirmou que este laboratório é só parte de um vasto plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar do Município de Rio Maior e cuja candidatura foi apresentada em 2017. Disse ainda que deste plano de combatente ao insucesso escolar no concelho faz também parte a Equipa Multidisciplinar de Intervenção Concelhia (EMIC), sediada na Escola Secundária e é composta por quatro psicólogas, uma terapeuta da fala, uma animadora sociocultural que realizam intervenções em várias ações como e anos escolares, assim como para os pais, docentes e não docentes que intervêm no espaço escolar. Considerou que se trata de um plano muito ambicioso, que foi cuidadosamente pensado para as necessidades do concelho no que se refere a intervenção precoce a nível do pré-escolar e do primeiro ciclo e que só dará os seus frutos daqui a uns anos. -----

----- **Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Afirmou que a sua intervenção é mais um voto de protesto e de vergonha relativamente à situação que se passa em Pedrogão Grande, já que, acima de tudo, os eleitos devem servir e criar uma relação de confiança com a população. Disse que aquilo que se passa no momento está acima de qualquer partido e é uma verdadeira falta de ética moral e de respeito para com todos e uma tremenda injustiça. Referiu que pouco lhe interessa quem ficou responsável pela distribuição dos donativos porque o que realmente importa é que uma autarquia e o seu responsável máximo nada fizeram para minimizar o sofrimento de pessoas que ficaram sem nada, afirmando que este tipo de política o envergonha e deve envergonhar todos aqueles que foram eleitos. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para felicitar todas as entidades e pessoas envolvidas no processo de alteração do Plano Pormenor do Parque de Negócios de Rio Maior, viabilizando assim a conversão de onze lotes num único e, conseqüentemente, a sua aquisição por parte da Generis. Lembrou que esta empresa é uma multinacional farmacêutica que decidiu investir na cidade de Rio Maior à cerca de um ano atrás, investimento que poderá chegar ao vinte e cinco milhões de euros e poderá criar até cem postos de trabalho. Considerou que este investimento vem reforçar o interesse e a atratividade do Parque de Negócios de Rio Maior enquanto plataforma logística, pela sua localização geográfica e acessibilidades. Endereçou mais uma vez os parabéns a todos os envolvidos e desejou, desde logo, um grande sucesso a este investimento e que este possa ajudar a dinamizar ainda mais o investimento na região. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que a Coligação Democrática Unitária (CDU) tem, sistematicamente, levantado questões sobre várias situações nas sessões da Assembleia Municipal para as quais, até ao momento, não foram obtidas respostas, acrescentando que se trata de uma situação recorrente, já que no mandato anterior aconteceu o mesmo, e que espera que não tenham que recorrer a outras instâncias de controlo. Afirmou que irá, mais uma vez, fazer chegar ao Presidente da Mesa durante as próximas semanas um documento com a descrição de todas as questões levantadas por sessão, solicitando, desde logo, que o mesmo seja enviado à Câmara Municipal



para que esta possa responder por escrito e disponibilizar a consulta dos elementos que consideram necessários. -----

----- De seguida, solicitando também a resposta, questionou acerca da situação do tratamento de águas e resíduos sólidos, nomeadamente em relação a Malaqueijo e Azambujeira e no mesmo âmbito questionou, concretamente, se é sabido quantas são as pessoas que no concelho de Rio Maior não têm acesso a esgotos e quantas ribeiras, rios e linhas de água estão poluídas. Acrescentou que na primeira situação, o não acesso a esgotos acaba por se repercutir em eventuais situações de desrespeito pelo ambiente e em relação à segunda disse que se trata de uma questão ambiental devastadora e se todas as indústrias nas zonas afetadas estão a cumprir com a obrigação legal de possuírem licença de descargas de águas residuais. -----

----- Referiu-se ainda à questão dos maus cheiros dizendo que em várias freguesias do concelho, nomeadamente na Vila da Marmeleira, Fráguas e Assentiz, o cheiro é nauseabundo transformando-se numa grave consequência para a saúde pública e que estes cheiros provêm das explorações pecuárias, pelo que importa fazer um levantamento da situação para que se possa agir em conformidade com o respeito pelos interesses das populações. -----

----- De seguida questionou, mais uma vez, qual o ponto de situação do abastecimento de água à Vila da Marmeleira, já que se aproxima o tempo quente e que existe uma grande quantidade de pessoas na vila e a zona alta que continuam sem ter hipótese de desligar as bombas que individualmente têm em suas casas, porque a pressão continua a ser baixa. -----

----- Solicitou que lhe pudesse ser informada qual a posição da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Rio Maior relativamente aos baldios. -----

----- Por fim, referindo-se à questão da violência doméstica, afirmou que se trata de uma situação que, infelizmente, tem muito a ver com o concelho de Rio Maior. Disse tratar-se de uma questão civilizacional e pedagógica e que se interliga com outras questões problemáticas como as anteriormente faladas, do insucesso e do abandono escolar. Considerou que toda esta situação da violência doméstica, que estatisticamente acontece mais sobre as mulheres, está a criar um mediatismo nos homens e a criar nas mulheres sobre as quais exercem essa violência, física e psicológica, uma chamada de atenção que poderá acontecer-lhes o mesmo. Considerou que se trata de uma situação complicada, sobre a qual se deveria projetar uma forma de apoio mais declarada, demonstrando toda a disponibilidade para ajudar as muitas



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

Interveio para se fazer nota de mais um ano de sucesso dos Presépios de Sal na Aldeia Natal das Salinas em Rio Maior, dizendo que esta edição contou com animação, artesanato, gastronomia e música durante todos os fins-de-semana de dezembro e ainda o primeiro fim-de-semana de janeiro, para além das restantes atrações do programa de animação natalícia que existiu em Rio Maior, que resultaram em milhares de visitantes durante esta época. Acrescentou ainda que na cidade também não faltaram animações, como a pista de gelo, o presépio de areia, o comboio turístico entre a cidade e as Salinas, resultando estas inovações na atração de muita gente a Rio Maior e na realização de várias reportagens na comunicação social. Referiu ainda que também a iluminação da cidade foi grandemente elogiada, quer pelos residentes quer pelos visitantes e que foi o projeto “Natal na Cidade” que deu origem a tudo isto. Deu conta que se trata de um projeto organizado pela Câmara Municipal Rio Maior em parceria com a Associação Empresarial do nosso Concelho e que, já a pensar no futuro, foi apresentada uma candidatura para divulgação do evento, nomeadamente os Presépios de Sal, ao programa 365 Alentejo e Ribatejo, que foi aprovada e vai incidir na conceção, produção, tradução e impressão de conteúdos multilingue e construção de um canal online de acesso direto para promoção deste evento. Terminou endereçando os parabéns ao executivo municipal e a todos os parceiros neste projeto por, mais uma vez, elevar o nome do concelho, tornando-o mais atrativo e familiar para os munícipes e para o visita. -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----
Previamente a iniciar a intervenção para a qual se inscreveu não quis deixar de fazer uma pequena menção à forma como a Presidente da Câmara lida com as suas intervenções e que já toda a gente percebeu que fica descontrolada, levando-a a dizer palavrões e fazendo ameaças. Disse estar de acordo quando a Presidente diz que tem toda a legitimidade e que é ela que exerce o poder por foi quem ganhou as eleições, mas que este é um Estado Democrático, com uma organização política e, sendo assim, também tem a legitimidade para estar aqui e dar a sua opinião e fazendo as criticas que considerar pertinentes e os louvores que achar por bem. Acrescentou que não é do mesmo partido que a Presidente e que, assim, é muito natural que tenha uma opinião diferente, sendo que à parte da política, simpatiza e tem estima pela mesma. -----



----- De seguida endereçou os parabéns ao executivo municipal pela iluminação, pelas atividades e por tudo o que conseguiram trazer à cidade, que efetivamente trouxe muitos visitantes, mas não quis deixar de fazer uma crítica que reforça a ideia de que tudo é feito de uma forma *ad hoc*, e exemplificou com a utilização, recuperação e cedência das lojas da Rua Serpa Pinto, que foi agora abandonada, para que as pessoas pudessem por lá passear e fazer as suas compras, juntando este facto à colocação de tapumes nas praças centrais à porta dos comerciantes que ainda resistem numa altura de natal, fez que com a população não se sentisse motivada e com vontade de circular naquela zona. Referiu ainda que para além disso a impressão que deu foi que não havia nenhum tipo de regulamentação e que a câmara Municipal deveria ter estabelecido condicionantes e regras no caderno de encargos para serem cumpridos em obra, incluindo regras que evitassem que à hora de almoço as máquinas estivessem a trabalhar e deitar fumo enquanto as pessoas comiam e bebiam café. Deu os parabéns pelas atividades de natal, mas reiterou a ideia de que deveriam ter sido diversificadas pela cidade e algumas delas serem feitas na Praça do Comércio para que as pessoas circulassem e comprassem no comércio local daquela zona. -----

----- Acerca da obra da Praça da República e do lago em frente ao cineteatro disse que está à espera que termine para fazer um juízo, mas, em seu entender, não lhe parece que fique melhor, realçando a falta de árvores, a colocação do alcatrão que leva ao aumento da temperatura no verão e ainda o facto de ter sido retirado o espelho de água e em seu lugar colocar um mono de alcatrão. -----

----- Continuou dizendo que ao ouvir falar do laboratório do conhecimento constatou que o executivo se lembra de coisas incríveis e boas, mas que depois se esquece de coisas que estão na essência, como o facto de na escola da Mina do Espadanal não ter material para as crianças exercerem a disciplina de educação física e os pais terem que para organizar um festival de sopas, patrocinado pelos pais, onde angariaram cerca de novecentos euros para comprar material de desgaste para as crianças poderem fazer exercício físico na cidade do desporto e assim fazerem o seu circuito curricular normal.-

----- Por ultimo, afirmou que já é hora de esclarecer publicamente a historia do comboio vandalizado e apresentar um pedido de desculpas depois de se saber o que tinha efetivamente acontecido. Considerou que alimentar a história de vandalismo é matéria suficiente para uma condenação por difamação, porque não se pode dizer o que se quer quando se quer e exigia-se, da parte de quem exerce cargos e funções públicas, que



respeitasse os munícipes e não levantasse falsos testemunhos, mesmo após já terem a peritagem da polícia a dizer que tinha sido um acidente e não vandalismo. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Relativamente ao primeiro ponto da intervenção anterior admitiu que pode, em algum momento, ter havido alguma observação, resposta ou comentário da bancada do executivo municipal que a deputada possa não ter gostado, mas que não se apercebeu que alguma vez tenha sido colocado em causa por alguém a sua honra ou consideração nesta Assembleia Municipal. Referiu, ainda, que em caso disso, existem mecanismos regimentais próprios para responder a essas questões e, independentemente disso, se alguém nesta Assembleia, seja da Câmara Municipal seja deputado municipal, tiver uma atitude menos respeitadora será o primeiro a intervir e que, se não se aperceber, pediu que disso fosse chamado à atenção para poderem ser usados os mecanismos regimentais à disposição. Concluiu dizendo que estas afirmações sem serem factualizadas e sendo colocadas desta forma podem quase, elas próprias, ser ofensivas.

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à questão da violência doméstica, reforçando as palavras do Presidente da Assembleia Municipal sobre o assunto e dizendo que em Rio Maior existe, efetivamente, alguma violência doméstica, muita dela escondida, e que cada vez mais é uma responsabilidade de todos, enquanto membros da sociedade, apresentar queixa e denunciar estes crimes públicos, quando deles se tenha conhecimento, até porque, muitas vezes, as vítimas, por medo ou por outra qualquer razão não o fazem, cabendo a todos a defesa das vítimas deste tipo de crime que tem tido uma tendência crescente nos últimos anos. Fez referência que em Rio Maior abriu, acerca de um ano, um núcleo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e que a própria câmara municipal tem um núcleo a trabalhar nesta problemática que realizaram, inclusive, sessões de esclarecimentos em algumas escolas do concelho. -----

----- Por fim, deixou um agradecimento, em seu nome pessoal e em nome da Delegação da Ordem dos Advogados de Rio Maior, à Câmara Municipal por toda a disponibilidade para a realização da conferência sobre este assunto que se irá realizar no dia 27 de fevereiro no cineteatro, endereçando, desde logo, o convite a todos os presentes para assistirem à mesma. Disse tratar-se de uma questão que tem estado no centro das preocupações da Ordem dos Advogados e que a delegação de Rio Maior incluiu ainda nesta conferência a questão da violência no namoro por entender que é por aí que



começa a consciencialização e porque veio a seu conhecimento que existe, atualmente, muita violência no namoro, sendo esta mais uma razão para a Ordem dos Advogados continuar o seu trabalho com as instituições e com as escolas nesta questão. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que o agradecimento feito pelo Presidente de Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João relativamente à extensão de saúde é extensível ao próprio pelo empenho, pela perseverança e pela teimosia de manter aquele posto a funcionar ao serviço da comunidade que tem um ficheiro com cerca de mil e novecentos utentes, o que justifica bem a sua existência. -----

----- Acerca do ponto de situação da EN 114 deu conhecimento que está a decorrer, com a equipa projetista, com os serviços da câmara municipal e a Infraestruturas de Portugal a finalização do projeto, foram realizadas reuniões regulares, referindo ainda que esta requalificação de 2,7 km faz parte de um programa que o governo lançou, trata-se de um projeto da Infraestruturas de Portugal que tem vindo a ser adiado, mas que acredita que será desta vez que irá avante. -----

----- Sobre o Nó de acesso ao IC 2 na Asseiceira disse que está a decorrer o concurso público para estabilização do talude, uma obra de trezentos e oitenta mil euros, com um prazo de execução de 120 dias e que irá decorrer no verão, sendo a obra da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal. Disse ainda que a situação do IC 2 foi também uma das reclamações que os autarcas fizeram no âmbito do Portugal 2030, porque a distância que vai desde a Asseiceira até à Venda das Raparigas está em péssimo estado e trata-se efetivamente de um ponto negro, como não se cansa de repetir nas instâncias próprias. -----

----- Relativamente à zona ribeirinha disse que o processo está no Tribunal de Contas por se tratar de uma obra que ultrapassa os novecentos e cinquenta mil euros e a mesmo apenas pode ter execução física após o visto daquela entidade. Explicou ainda que o ponto da revisão orçamental contempla exatamente uma alteração ao projeto devido a contrariedades com a empresa que inicialmente ganhou o concurso, sendo esse contrato substituído pela empresa que ficou em segundo lugar no concurso, o que originou um aumento do valor inicial em cerca de cem mil euros. -----



----- Sobre a questão da requalificação das praças disse, mais uma vez, que estes projetos foram apresentados publicamente, que o prazo para execução de obra é até final de junho, mas que se espera que antes dessa data possam estar concluídas. Explicou ainda que o corte de algumas das árvores aconteceu devido à condição das mesmas e sob indicação dos técnicos competentes. -----

----- Acerca do processo da revisão do Plano Diretor Municipal disse que também já teve oportunidade de acompanhar o trabalho que esta a ser desenvolvido sob a liderança do Vereador João António Lopes Candoso, e pela equipa que o acompanha, sendo que a previsão é efetivamente cumprir os prazos indicados com o maior rigor possível. -----

----- Referindo-se ao Laboratório do Conhecimento disse que se tratou de uma candidatura desenvolvida, na altura, pela Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo e pelos serviços, que contempla também a Equipa Multidisciplinar de Intervenção Concelhia (EMIC), e que fazendo o balanço do funcionamento do mesmo, é reconhecido pelos três diretores das escolas a sua importância pela realidade que consegue transmitir aos alunos, pelo fazer, por ver e também pelo experimentar. Fez votos que no final desta candidatura de três anos do Plano Integrado de Combate ao Insucesso Escolar, possam ter sido atingidos os objetivos iniciais e que foram propostos aquando da candidatura. -----

----- Relativamente à intervenção acerca da instalação da Generis no Parque de Negócios de Rio Maior, cuja escritura foi assinada recentemente, lembrou que o Município tem uma participação de 23,6% na Depomor, empresa que gere o Parque de Negócios, e que este negócio quando foi inicialmente noticiado como uma notícia fictícia. Congratulou-se pela sua concretização e que em breve prazo a mesma começará a preparar a sua instalação. -----

----- Acerca da referência feita sobre a falta de resposta a questões colocadas pela CDU por parte da Câmara Municipal disse que desconhece que esteja em falta alguma resposta. Disse ainda que parte do princípio que as respostas e os esclarecimentos que faz nas próprias sessões, que ficam em ata, são respostas a questões efetuadas nas próprias sessões. No entanto, disse que ficaria a aguardar a comunicação da CDU, com todas as questões, para perceber aquilo que poderá estar por responder. -----

----- Sobre a situação dos baldios da Freguesia de Rio Maior disse ser uma situação que conhece bem, desde os tempos em que era Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, e que a conclusão que todos os especialistas lhe deram, na altura, foi que



não existem efetivamente baldios na freguesia de Rio Maior. Disse estranhar que hoje pessoas que estão na Assembleia de Compartes e que estavam, na altura, na Assembleia Municipal de Rio Maior, que votaram favoravelmente a que a Câmara Municipal de Rio Maior doasse à Freguesia de Alcobertas prédios na freguesia de Alcobertas venham agora, para a situação análoga, votar de forma inversa. Disse que, por coerência e igualdade, a proposta é tratar igual o que é igual, e se na época a câmara e a assembleia municipal aprovaram a doação dos prédios da freguesia de Alcobertas à Junta de Freguesia de Alcobertas, a proposta agora deveria ser igual e aprovar a doação à Freguesia de Rio Maior os prédios que estão registados em nome do Município. Considerou incoerente que hoje, quem estava na assembleia municipal na altura e que aprovou esta situação, concordando que os prédios de Alcobertas não eram baldios e sim prédios registados em nome da câmara, hoje vem dizer que afinal os prédios na freguesia de Rio Maior registado a favor do município são, na verdade, baldios, querendo, por isso, que o Ministério Público avance com a nulidade dessa escritura. Disponibilizou-se para relatar toda a situação a quem quiser saber porque, como disse anteriormente, fala nisso na primeira pessoa. -----

----- Em relação à problemática da violência doméstica disse que está agora a ser feito um trabalho nos onze municípios da Lezíria, no qual Rio Maior e Santarém já se tinham adiantado com a celebração do protocolo com a APAV em 2017 e com as ações nas escolas pelos técnicos do município de violência no namoro. Deu conta dos números constantes do relatório de 2017 referente ao protocolo e disse que se trata de um trabalho desenvolvido em parceria entre o município, o centro de saúde, a CPCJ, as juntas de freguesia e ainda o CLAS, que reúne todas estas entidades. Referiu que este trabalho é feito e o apoio necessário prestado independentemente de questões financeiras ou de instrução, todas as vítimas são apoiadas de igual forma e protegidas de igual forma. Deu conta que a Câmara aprovou também a aquisição de uma viatura para a APAV poder deslocar-se às freguesias e às situações onde são identificadas. Relativamente aos casos desconhecidos, considerou que existe hoje uma rede de apoio especializada já conhecida, de pessoas preparadas para o tratamento dessas situações com profissionalismo e eficácia. Terminou dizendo que o Município de Rio Maior e as entidades parceiras estão a tratar as questões que têm a ver com esta grave e crescente problemática. -----

----- Terminou dizendo que acerca da situação do comboio de natal a única coisa que fez foi relatar factos e por uma única vez. -----



---- Solicitou que pudesse ser dada a palavra ao Vereador Luís Filipe Santana Dias para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Vereador da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Vereador Luís Filipe Santana Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Relativamente à falta de pressão na zona alta da Vila da Marmeleira disse que essa situação já não pode acontecer porque a obra da pressurização foi concluída e aquilo que falta fazer são apenas pormenores de automação. Sobre a situação de Malaqueijo e Azambujeira disse que a situação continua igual desde a última vez que falam sobre isso, dizendo que tudo isto advém do contrato de fornecimento que existe em alta que não foi inteiramente respeitado e assim continua e que poderá levar algum tempo a resolver. -----

----- Acerca da poluição nas várias zonas do concelho começou por dizer que não é a câmara municipal que fiscaliza as atividades, pese embora não se demita das suas responsabilidades sociais e de acompanhamento à sua população, e cada vez que há situações como as faladas anteriormente, as mesmas são relatadas ao serviço da GNR que se desloca aos locais para averiguar e, o que se tem passado, invariavelmente, é que não obstante os maus cheiros, as explorações estão licenciadas e a cumprir. -----

----- Em relação às ações de sensibilização desenvolvidas no âmbito da proteção civil disse é de extrema importância que se faça esta divulgação, para que o comportamento no uso do fogo possa mudar e mais regrado e disse também que este é um trabalho que tem vindo a ser feito de forma continuada em conjunto com os presidentes de junta, a quem agradeceu a imprescindível colaboração, acrescentando ainda que se sente uma obrigação de, em conjunto com a GNR-SEPNA, fazer estas ações de sensibilização. Pediu também que todos, dentro dos seus círculos de influência, que alertem as pessoas para participar ativamente nestas ações e assim se possa esclarecer dúvidas que possam existir neste âmbito e também pelas alterações legais que se deram, entretanto. -----

----- Acerca da situação das lojas da Rua Serpa Pinto na época de natal e ao facto de este ano não abrirem, lembrou que na altura foi dito, por alguns membros da bancada



do Partido Socialista (PS), que a abertura dessas mesmas lojas era concorrência desleal aos comerciantes. -----

----- Relativamente às obras que decorrem afirmou não existir ainda uma forma de as fazer sem nenhum transtorno e lembrou que estas forem contempladas numa candidatura que previa que se aumentasse e potenciasse a mobilidade dos cidadãos e daí a necessidade de retirar a calçada de pedra grossa e colocando um piso uniforme de betão que, infelizmente, não está homogêneo e que será corrigido até à conclusão da obra. Disse que há que ter calma, que os transtornos quando se executa obra existem sempre e que a mesma não pode parar a cada momento de café. Referiu que há prazos a cumprir e que, a continuar desta forma, a obra estará até concluída antes do fim do prazo. Quanto aos tapumes, afirmou que estes são uma peça chave para a segurança e que foram colocados aquando do início da obra e estiveram colocados até haver segurança para serem retirados. No que se refere ao espelho de água retirado do largo do cineteatro, esclareceu que este tinha vários problemas de infiltrações para o parque de estacionamento e a opção foi de alterar em vez de reparar o existente. -----

----- Sobre o comboio de natal disse que esteve no local no momento em que este estava a arder, que assistiu ao apagar do fogo e que nessa mesma altura estava a ser detido um suspeito de ter cometido o tal ato de vandalismo e que, logicamente, as pessoas que no momento assistissem iriam dizer que foi fogo posto. Afirmou que, ao contrário do que foi dito, a câmara não tem que ter informação da policia judiciária com a conclusão das suas investigações, e não tem. A verdade é que presenciou, na primeira pessoa, assim como as restantes as pessoas que ali se encontravam, um individuo no chão a ser algemado porque tinha pegado fogo ao comboio, e foi isso que foi relatado, sem identificar ninguém. Considerou, por isso, que não há qualquer razão para um pedido de desculpas público por parte da câmara a alguém, e se efetivamente a conclusão que vier a chegar for diferente de que realmente foi um ato de vandalismo, a câmara dará essa informação às pessoas para que fiquem conhecedoras. -----

----- Relativamente à necessidade de equipamentos nas escolas informou que não chegou à câmara nenhum pedido por parte do agrupamento de escolas que não tenha sido atendido pela câmara. Por isso, embora a critica seja sempre bem-vinda e as condições dos alunos devam ser sempre as melhores, efetivamente não cabe à câmara a definição do material pedagógico que é necessário nas escolas, isso tem que partir da escola para a câmara. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----



----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – Prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica 2018**-----

----- **Relatório e Contas do 1º Semestre de 2018 da Escola Profissional de Rio Maior** -----

----- **CIMLT - Orçamento para 2019, Plano de Ação – Grande Opções do Plano 2019-2022 e Mapa de Pessoal para 2019** -----

----- **Declaração de Compromissos Plurianuais existentes em 31/12/2018 (artigo 15º, n.º 1, al. a) – LCPA)** -----

----- **Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2018 (artigo 15º, n.º 1, al. b) – LCPA)** -----

----- **Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2018 (artigo 15º, n.º 1, al. b) – Lei n.º 8/2012, de 21/2)** -----

----- **Assunção de Compromissos Plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 3)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Liliana Marques Alonso** -----

----- Interveio para dizer que reparou que se trata apenas das contas do primeiro semestre e, talvez por isso, estão com uma baixa execução de investimentos. Considerou ainda que falta algum enquadramento contextual que informe a percentagem de desistências de alunos e as causas dessa desistência da Escola Profissional. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – 1ª Revisão ao Orçamento da Receita/Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e às Atividades Mais Relevantes 2019**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata de submeter a aprovação da Assembleia Municipal a Modificação Orçamental – 1ª Revisão ao Orçamento (Receita e Despesa) e às Grandes Opções do Plano (Atividades Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos) 2019, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. Disse ainda que esta revisão contempla a obra da zona



ribeirinha e ainda outros projetos de menor valor, mas também eles importantes, nomeadamente o projeto no âmbito do envelhecimento ativo “Asas do tempo” e o carnaval noturno. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor e 2 abstenções das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Depois da explicações que a Senhora Presidente deu de viva voz, consideramos que há aqui razões supervenientes que fugiram ao controlo do planeamento do executivo, nomeadamente relativamente à zona ribeirinha, no entanto, nós absteremo-nos pela circunstância, como já sabem, de entendermos que este não é o nosso projeto, não é o nosso programa, e achamos que em fevereiro, considerando a zona ribeirinha enfim, mas em fevereiro estar já a fazer uma alteração ao orçamento talvez signifique algum planeamento irreal do executivo, contudo é uma questão que ficaremos para ver, mas é a justificação da nossa abstenção .” -----

----- **Ponto II – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 20/2019 de 30 de janeiro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção e saúde animal e da segurança de alimentos)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata de mais dois diplomas que preveem a transferência de competências para as autarquias e para as entidades intermunicipais, e que o município deve ou não aceitar e comunicar à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), à semelhança do que foi feito para outros na última sessão da Assembleia Municipal. Referiu que estes dois pontos que vêm a discussão e votação dizem respeito ao domínio da proteção e saúde animal e da segurança de alimentos e ao domínio da cultura, e acrescentou que foi seguido o mesmo princípio das decisões anteriores, que é não haver condições efetivas de recursos humanos e materiais para se poder aceitar estas competências, razão pela qual consta também na ordem de trabalhos a reestruturação dos serviços para que se possa dar início a esse



procedimento de forma a garantir condições para aceitar as competências que serão delegadas. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, foi deliberado **por maioria** dos presentes, com 23 votos a favor, 5 votos contra dos Deputados Municipais Anabela Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Jorge Henrique Marcelino Paiva e Celso Cláudio Ferreira Martins e 1 abstenção do Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas (29 presenças), que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 20/2019, de 27 de novembro, para o ano de 2019, nos termos do n.º 3 do artigo 21º do mesmo diploma. -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A CDU, coerentemente com as posições que tem assumido, volta a declarar que, no seu entender, é difícil chamar a esta questão da transferência de competências, descentralização, e achamos, portanto, que isto é um embuste. A CDU exige que o estado central assuma o que lhe é devido e que não vise transferir, descentralizar competências sem o respetivo envelope de recursos humanos, técnicos, de equipamento e necessariamente o financeiro. As autarquias não podem ser o saco de boxe do estado central, como tal a CDU votará sempre contra a transferência de competências neste contexto.” -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas** que se transcreve na íntegra: -----

----- “É só, eventualmente por uma questão de coerência, dado que nas votações tenho optado por este procedimento porque somos sensíveis aos argumentos de ambas as partes e fazemos votos para que, no final, isto é um pouco como a lógica dos brasileiros que têm uma maneira interessante de entender estas coisas, ou seja, está bem quando acaba, se não está bem ainda é porque ainda não acabou e, portanto, é um processo em construção, portanto somos sensíveis aos argumentos, mas estas são duas áreas que, até pelo que foi dito anteriormente, permitem aqui, com a declaração de voto e nós vamos de certa maneira transpondo para a Assembleia ao longo do tempo os nossos princípios e valores, mas aqui nós estamos a falar de áreas que são muito importantes, mas são áreas que recaem muito sobre aquilo que atualmente se entende ser o novo



mindset ou nova mentalidade. A questão animal para nós tem uma importância muito grande, é um exemplo claro da dimensão da sociedade em que vivemos, houve muita gente que falou sobre isso, nós somos, de certa maneira, o exemplo caro do nível de desenvolvimento que estamos no modo como tratamos os animais e nós falamos aqui sobre as mulheres e sobre estas questões de como é que isto se resolve, estamos numa região onde este é um problema sociologicamente complexo e tratado ao longo dos tempos, a cultura em que estamos inseridos tem ao longo do tempo retratado um pouco um dos géneros, portanto estamos a falar de questões de género, e, para não ir mais longe, estas questões em torno da vítima muitas das vezes acabam por desocultar ou desonerar o opressor ou a opressora, porque nós vivemos num mundo onde isto se divide, e portanto as áreas da cultura e as áreas do trabalho em torno dos animais, a chamada questão animal, são muito relevantes e, portanto, não devem ser aqui empobrecidas juntos dos outros, em meu entender. Eu tenho conhecimento que o executivo tem feito algum esforço por se inteirar da informação associada a todos estes elementos, tem enviado “espiões”, de certa maneira, para ver como é que é o linguajar, como é que isto se trata, o que é um bom pronúncio e a expectativa é que nós possamos evoluir no sentido de que, quando se fala nestas coisas, em termos de cultura ou em termos de trabalho em torno da questão animal, não se equalize ou não se coloque isso ao mesmo nível da valeta, portanto na minha freguesia isso é possível, isso é o constante, ou seja, quando nós dizemos vamos aqui fazer uma ação para sensibilizar o pessoal relativamente a esta questão e, há sempre alguém que nos diz, inclusivamente eu também o entendo, mas olha que isso dava para fazer uns bons metros de valeta e, portanto, as questões materiais e as questões imateriais são facilmente apreensíveis e portanto, nós aqui, em tudo aquilo que foi falado, o modo como a formação é feita, o modo como na escola nós trabalhamos também a componente formativa, estas questões do abandono, a questão do modo como entendemos a violência e o modo como isso se repercute depois socialmente, porque há um que é ocultado, o outro é desocultado e geralmente quem dá a cara nem sempre é bem entendido, nós temos falado muito sobre isso, portanto é uma área um pouco oculta e eventualmente pouco transparente nesse aspecto. E, portanto, a ideia aqui seria eventualmente fazer votos para que com o nosso posicionamento possamos ser um elemento de uma reflexão sem nos querermos por em “bicos de pés”, de modo a que isto possa vir a ser gradualmente trabalhado de outra forma. Portanto, nós quando nos dizem eventualmente como é que se pode estruturar ou melhorar a argumentação ou eventualmente o discurso, gente que



fala bem, tem muito vocabulário, isso trabalha-se lendo, lendo, lendo muito, e estas áreas aqui também passam um pouco sobre o aumento, em número e em qualidade, das ações que trabalham isto indiretamente. Só para terminar, o valor que atualmente é gasto por cidadão relativamente a estas áreas da cultura também está em consonância com aquilo que está na região e em termos regionais.” -----

----- **Ponto III – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 22/2019 de 30 de janeiro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da cultura)**

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal em conjunto com o ponto anterior. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, foi deliberado **por maioria** dos presentes, com 23 votos a favor, 6 votos contra dos Deputados Municipais Anabela Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Jorge Henrique Marcelino Paiva e Celso Cláudio Ferreira Martins e 1 abstenção do Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas (30 presenças), que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, para o ano de 2019, nos termos do n.º 3 do artigo 12º do mesmo diploma. -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A CDU, coerentemente com as posições que tem assumido, volta a declarar que, no seu entender, é difícil chamar a esta questão da transferência de competências, descentralização, e achamos, portanto, que isto é um embuste. A CDU exige que o estado central assuma o que lhe é devido e que não vise transferir, descentralizar competências sem o respetivo envelope de recursos humanos, técnicos, de equipamento e necessariamente o financeiro. As autarquias não podem ser o saco de boxe do estado central, como tal a CDU votará sempre contra a transferência de competências neste contexto.” -----

----- **Ponto IV – Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Rio Maior** -----



----- A Presidente da Câmara solicitou que pudesse ser dada a palavra ao Vereador Luis Filipe Santana Dias a quem delegou a competência na área dos recursos humanos e que acompanhou o processo de reorganização. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Vereador da Câmara Municipal para apresentar o ponto. -----

----- **Vereador Luís Filipe Santana Dias** -----

----- O Vereador Luis Filipe Santana Dias apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata de aprovar a Reestruturação dos Serviços Municipais do Município de Rio Maior, nos seguintes termos:

----- 1. Adotar de um modelo estrutural hierarquizado, nos termos da alínea a), n.º 1, do artigo 9.º e, n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, composta por unidades orgânicas flexíveis, dirigidas por dirigentes de nível intermédio de 2º grau, as quais são criadas, alteradas e extintas por deliberação da Câmara Municipal; -----

----- 2. Definir uma estrutura unicamente flexível, comportando o número máximo de 7 unidades orgânicas flexíveis, a criar pela Câmara Municipal, que definirá as respetivas atribuições e competências; -----

----- 3. Definir o número máximo total de 18 subunidades orgânicas, a serem criadas por despacho da Presidente da Câmara Municipal. -----

----- De seguida falou um pouco da evolução da estrutura orgânica da câmara municipal desde o início dos mandatos dos executivos presididos pela atual Presidente da Câmara, das opções tomadas ao longo desses anos até este momento em que, mais uma vez, há necessidade de ajustar a estrutura a uma nova realidade. Informou que têm sido feitas reuniões com um grupo que envolve eleitos, nomeados e chefias de divisão na tentativa de partilhar estas decisões, que em última análise cabem ao executivo, mas quem sente as dificuldades diariamente são as chefias e tem havido, por isso, uma ligação estreita entre este grupo, que chegou à conclusão que haveria necessidade, para preparar a câmara para receber futuramente as competências que serão transferidas até 2021, que a reestruturação preveja a criação mais três divisões passando o limite máximo para sete e a criação de um máximo de dezoito subunidades. Disse ainda que esta estrutura prevê a criação de uma unidade que englobe a educação e a ação social e uma outra que englobe turismo, desporto, juventude e cultura. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----



----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 28 votos a favor e 2 abstenções das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (30 presenças). -----

----- **Ponto V – Proposta de isenção de Taxa de Inumação** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se propõe que a Assembleia Municipal isente na totalidade o pagamento da taxa de inumação de Cátia Marisa Oliveira Ferreira, de acordo com o regulamento de taxas do Município de Rio Maior e com o parecer jurídico emitido para o efeito. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor Clemente Santos – Chãos - Alcobertas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por agradecer à deputada municipal que se lembrou dos empresários da Rua Serpa Pinto, referindo que na altura do natal praticamente não passava lá ninguém, e embora reconheça que as obras naturalmente causam transtorno, podia-se ter feito alguma coisa para atrair as pessoas para lá. -----

----- De seguida agradeceu à Presidente da Câmara o facto de terem sido repostas as placas de Chãos que tinham ido retiradas. -----



----- Sugeriu que o parque de estacionamento do Rossio possa ter placas com os horários de forma a evitar que as pessoas fiquem lá com os carros trancados, em especial se forem de fora do concelho. -----

----- Sugeriu também que as assembleias municipais possam ser transmitidas, à semelhança do que fazem outras autarquias que, inclusive, já a transmitem na rádio, já que considera importante que as pessoas que não podem estar presentes, nomeadamente os emigrantes, possam ouvir e assistir. Referiu ainda que a datas de realização das mesmas possam ser mais publicitadas, de forma a incentivar as pessoas a participar. -----

----- Seguidamente disse que na última sessão da Assembleia Municipal colocou duas questões, uma em relação à grua que está perto da escola Fernando Casimiro e outra referente ao prédio com problemas, inclusivamente na estrutura principal, na Rua Jornal “O Riomaioense”, para as quais não teve resposta e que apareceu publicitado no site que as mesmas tinham sido esclarecidas. Disse que não obteve os esclarecimentos na altura e que, por isso, vem novamente perguntar de forma a ser efetivamente esclarecido. -----

----- Referindo-se depois à Frimor disse que foi proposto aos empresários que tivessem espaço de exposição poderia convidar outros empresários locais, oferecendo-lhe um bilhete para o espetáculo, que seria supostamente gratuito, e teve conhecimento que esse mesmo bilhete está a ser cobrado à Associação Empresarial. Questionou o porquê dessa situação, assim como da situação do comboio de natal, por exemplo, que é também assegurado pela associação e não existe nada formal. Referiu ainda que caso das Tasquinhas era importante haver algo formal e não só de boca. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que existe documentação formal a atribuir um subsídio, no caso do comboio, para a associação poder contratar e a partir do momento em que existe uma informação, um parecer jurídico e um protocolo desta natureza em que permite o apoio e o subsídio à associação normalmente está formalizado. Relativamente às feiras disse que a associação há muitos anos que desenvolve estes eventos em parceria com a câmara municipal. -----

----- Em relação às questões colocadas e que considera não ter obtido resposta, disse que iria dizer o que provavelmente lhe foi dito na sessão anterior, que a grua está licenciada e que o proprietário está notificado para que quando a mesma já não for necessária, a retire. No que se refere ao edificio disse que se trata de um edificio que



está embargado em parte e outra licenciada, há já muitos anos e que o mesmo é propriedade da Caixa Geral de Depósitos, não percebendo assim qual a questão. -----

----- **Senhor Clemente Santos – Chãos - Alcobertas** -----

----- Pediu para intervir para dizer que em relação ao edifício o que se passa é que a atual administração de condomínio, a Riomagic, disse que teria enviado à câmara uma informação em que dava conta que um dos pilares principais desse prédio estava com problemas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse que se chegou alguma coisa aos serviços pondo em causa a segurança do edifício ou das pessoas existem prazos para se realizar a vistoria e depois para os procedimentos subsequentes. -----

---- Solicitou que pudesse ser dada a palavra ao Vereador Luís Filipe Santana Dias para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Vereador da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Vereador Luís Filipe Santana Dias** -----

----- Esclareceu que a situação dos bilhetes oferecidos foi uma decisão da Associação Empresarial não tendo a câmara nenhum tipo de ligação a essa decisão. -----

----- Quanto à situação da grua disse que para estar naquela situação tem que estar obviamente destrancada de forma a permitir a sua rotação livre e assim não ruir, reafirmou que está licenciada e que o seu proprietário está informado que assim que a mesma não seja necessária terá que ser desmantelada. -----

----- Quanto ao edifício esclareceu que foi feita uma vistoria de salubridade e não há nenhuma informação que o mesmo esteja em risco, referindo que o mesmo está até reabilitado em algumas das suas frações. Afirmou que a resposta ao pedido será ou foi enviada a quem fez o pedido, este caso a Riomagic. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 23 DE FEVEREIRO DE 2019

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO: _____

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO: _____